



PARECER JURÍDICO Nº. 187/2021-PGM/LIC

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2021.3007-001/SEPURB

INTERESSADO: SECRETARIA DE PROJETOS URBANÍSTICOS E HABITAÇÃO SOCIAL

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA PARA A FUTURA REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA FRANCISCO REMÍGIO, NA QUAL SE SITUAM O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM BOSQUE E ÁREA DE LAZER INFANTIL PARA 400 CRIANÇAS, POLO GASTRONÔMICO DE COMIDAS DE RUA, IGREJA DE SANTO ANTÔNIO, DISPENSÁRIO DOS POBRES E PALÁCIO EPISCOPAL, TERMINANDO EM FRENTE AO ANTIGO PAÇO MUNICIPAL, ONDE FUNCIONA A CÂMARA MUNICIPAL.

Trata-se de consulta realizada pela respectiva secretária municipal, notadamente acerca do regular atendimento aos preceitos e exigências normativas para viabilidade jurídica de procedimento de dispensa de licitação, tombado sob o nº. **2021.3007-001/SEPURB**, o qual tem como objeto a contratação acima mencionada.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a esta Procuradoria Municipal, enquanto assessoria jurídica, compete exarar parecer meramente opinativo, sob o prisma estrito da legalidade, de observância aos princípios administrativos, não cabendo adentrar em qualquer aspecto relativo à conveniência e oportunidade da prática do ato administrativo, dizeres estes que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente.

Especialmente quanto à atribuição deste procurador-geral adjunto, o Ato Normativo nº. 002, de 16/03/2021, emanado pela d. Procuradoria Geral do Município, publicado no Diário Oficial do Município em 30/03/2021, designou atribuição para o crivo e emissão de pareceres em procedimentos licitatórios atinentes à Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte.

Assim, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 8.666/93, atribuindo-se tão somente considerar os aspectos jurídicos do procedimento licitatório em si, se fiel à observância dos preceitos legais, sobretudo seu *iter* procedimental.

Reza o art. 38, VI, da Lei 8.666/93, que:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:
(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

Em atenção ao despacho do Excelentíssimo Senhor Secretário, sobrevieram os autos a esta Procuradoria Municipal para exame de processo administrativo licitatório, praticamente concluído, que trata da contratação da empresa **TERRAFIXA PROJETOS E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CPNJ nº **13.223.999/0001-80**, visando atender as necessidades descrita, no valor de R\$ **32.920,00** (trinta e dois mil novecentos e vinte reais).



Vê-se que o Pedido de Solicitação de Despesa para execução do objeto deste processo administrativo, na modalidade de dispensa de licitação, baseou-se no art. 24, inciso I, da Lei nº. 8.666/93.

Acompanham os fólhos os seguintes documentos: Pedido de abertura de procedimento administrativo com solicitação de despesa; autuação; Pesquisa de mercado; Declaração de Impacto Financeiro; Autorização para procedimento de dispensa; Despacho de Autorização; Termo de referência com justificativa; Declaração de dispensa e ratificação; extrato de dispensa; justificativa para a escolha da empresa; convocação da melhor proposta; e minuta do contrato.

Quanto à justificativa utilizada pelo gestor público, segue no termo de referência e demais documentos, *in verbis*:

“Diante as solicitações apresentados pelos moradores desta comunidade ao órgão Público, fez-se necessário a elaboração prévia de Projeto de engenhario poro execução futuro dos serviços de obro supracitados no objeto o ser dispensado. Visto que é cloro a necessidade de que sejam ofertados melhores condições de infraestrutura e lazer com seguronço oos munícipes da comunidade, faz-se necessário essa contratação prévio para mensurar o serviço o ser futuromente executodo. Considerando que o Município não dispõe no seu quodro de servidores de profissional para execução do serviço necessitado e que o mesmo é de suma importôncia poro que o projeto seja eloborado de forma eficiente e ossim o município poderá ter ciencia do dispêndio totol do obra e assim planejor o realizção de processo licitatório para controtoção dos serviços de execução do obra, de gronde importôncio no município. A escolha da proposta mais vantajosa ocorreu com base na prévia pesquisa de preços efetivada para a realização deste processo”. (sic)

As despesas serão realizadas à conta da seguinte dotação orçamentária: 2201.04.122.0401.2.086 – Gerenciamento da Secretaria; Elemento de despesas: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoas Jurídicas; Fonte de Recursos: Recursos Ordinários/Próprios.

É o relatório, passo a opinar.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam, a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório mediante disputa propriamente dita.



A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. Numa interpretação sistemática do art. 24 c/c 23, da Lei nº. 8.666/93, e Decreto nº. 9.412, de 18/06/2018, temos a possibilidade de dispensa na espécie. Vejamos:

Art. 24. É dispensável licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

Decreto nº. 9.412/2018.

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

Isto quer dizer que para a contratação direta de obras e serviços de engenharia, por meio da dispensa de licitação, os valores não poderão suplantar o limite de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), o que corresponde a 10% dos valores estabelecidos na alínea "a" do inciso I do art. 23 da Lei Licitatória.

In casu, trata-se de serviço de engenharia no valor global de R\$ 32.920,00 (trinta e dois mil novecentos e vinte reais).

Como se sabe, na dispensa há a possibilidade de competição que justifique a licitação, de modo que a própria lei *faculta* a contratação direta, que fica inserida na competência discricionária do gestor público¹.

Deve-se esclarecer, ainda, que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação, no presente caso, mister restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração. Aliás, sobre a pesquisa de mercado, vê-se que a Administração se preocupou em cotar com empresas que efetivamente atuam no mercado.

Lado outro, importante observar a orientação mais recente do TCU, quando menciona que "a pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo ser utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de contratações públicas similares, sistemas referenciais de preços disponíveis, pesquisas na internet em sítio especializados e contratos anteriores do próprio órgão"².

¹ Di Pietro, Maria Sylvania Zanella. Direito administrativo - 30.ed. Rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2017. P. 369.

² Acórdão nº. 713/2019 (Plenário, 27 de março de 2019).



Como em qualquer contratação, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública, tudo para não impactar sobremaneira os cofres públicos.

Quanto à minuta contratual, vê-se obediência aos critérios determinados pelo art. 55 da Lei nº. 8.666/93.

Imperioso consignar ainda que, servindo como recomendação, esta Comissão de Licitação ou Secretaria responsável pela contratação direta promova a fiscalização do cumprimento do contrato, mediante certificação ou declaração posterior nos autos, sem prejuízo da prestação de contas ordinária.

Destarte, adotadas as providências assinaladas e se abstendo, obviamente, da aferição dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, **OPINO** favoravelmente pelo prosseguimento do certame.

É o parecer, *sub censura*.

Encaminhe-se cópia a PGM/LN.

Limoeiro do Norte, 30 de julho de 2021.

Heraldo Holanda Jr.
OAB/CE 33954

Heraldo de Holanda Guimarães Júnior
OAB/CE 33954

Procurador Adjunto do Município de Limoeiro do Norte – Ceará
Portaria nº. 058/2021, de 1º/03/2021